

Afonso de Paula Pinheiro **Rocha**
Carolina Marzola **Hirata**
Rafael **Camargo** Felisbino



COORDENAÇÃO
Renee do Ó **Souza**

Direito Processual do Trabalho

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.08.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Esta obra, anteriormente designada “Resumo de Processo do Trabalho”, passou a ser intitulada “Direito Processual do Trabalho” a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

R571d
2. ed.

Rocha, Afonso
Direito processual do trabalho / Afonso Rocha, Carolina Hirata, Rafael Camargo; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed., rev., atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
368 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-585-5

1. Direito do trabalho – Brasil. 2. Justiça do trabalho. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Hirata, Carolina. II. Camargo, Rafael. III. Souza, Renee do Ó. IV. Título.

V. Série.

22-78458

CDU: 349.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Capítulo 1

Teoria geral/Propedêutica.....	1
1.1 Introdução	1
1.2 Escopos, objetivos ou finalidades	2
1.3 Natureza jurídica do Direito Processual do Trabalho.....	2
1.4 Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	3
1.5 Hermenêutica ou exegese do Direito Processual do Trabalho	4
1.5.1 Integração	4
1.5.2 Eficácia.....	8
1.6 Fontes do Direito Processual do Trabalho.....	9
1.6.1 Introdução e classificação	9
1.7 Formas ou métodos de solução dos conflitos trabalhistas.....	11
1.7.1 Introdução.....	11
1.7.2 Conciliação e mediação	15
1.8 A arbitragem e seus reflexos na Justiça do Trabalho	16
1.8.1 Introdução.....	16
1.8.2 Cabimento da arbitragem na Justiça do Trabalho	17
1.8.3 Vantagens e desvantagens da arbitragem	19

Capítulo 2

Princípios do Direito Processual do Trabalho.....	21
2.1 Introdução	21
2.2 Princípios da Teoria Geral do Processo	22
2.2.1 Princípio do devido processo legal.....	22
2.2.2 Princípios do contraditório e ampla defesa.....	22
2.2.3 Princípios da efetividade, celeridade e razoável duração do processo.....	23
2.2.4 Princípio da inafastabilidade da jurisdição ou do amplo acesso ao Poder Judiciário	23

2.2.5	Princípio do duplo grau de jurisdição	24
2.2.6	Princípio da motivação das decisões judiciais	26
2.2.7	Princípio da publicidade.....	26
2.2.8	Princípio da vedação da prova ilícita.....	26
2.2.9	Princípio da cooperação	27
2.3	Princípios específicos do Direito Processual do Trabalho....	27
2.3.1	Princípio da simplicidade	27
2.3.2	Princípio da informalidade.....	28
2.3.3	Princípio da oralidade.....	29
2.3.4	Princípio da conciliação	32
2.3.5	Princípio do <i>jus postulandi</i>	33
2.3.6	Princípio da majoração dos poderes do juiz do trabalho na condução do processo.....	35
2.3.7	Princípio do impulso oficial na execução trabalhista....	35
2.4	Princípio da subsidiariedade.....	36
2.5	Princípio do protecionismo processual ou da proteção temperada, mitigada ou relativizada no Processo do Trabalho	38

Capítulo 3

Jurisdição e competência.....	43	
3.1	Jurisdição	43
3.2	Competência.....	44
3.2.1	Prorrogação de competência	48
3.3	Competência em razão da pessoa.....	50
3.4	Competência em razão do valor da causa	51
3.5	Competência específica da Justiça do Trabalho.....	52
3.5.1	Competência material da Justiça do Trabalho	52
3.5.2	Competência territorial da Justiça do Trabalho.....	70
3.5.3	Competência funcional da Justiça do Trabalho	72
3.5.3.1	Varas do Trabalho	73
3.5.3.2	Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau).....	74
3.5.3.3	Tribunal Superior do Trabalho.....	79

Capítulo 4

Condições da ação e substituição processual.....	85
--	----

4.1	Direito de ação	85
4.1.1	Teorias sobre o direito de ação	85
4.1.2	Interesse processual ou interesse de agir	88
4.1.3	Legitimidade	90
4.2	Substituto processual.....	91
4.2.1	Distinção entre o representante processual e o substituto processual.....	91
4.2.2	Substituição processual no processo do trabalho.....	92

Capítulo 5

Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	97
5.1 Litisconsórcio	97
5.1.1 Conceito e base legal.....	97
5.1.2 Classificação ou espécies	97
5.1.3 Outras espécies de litisconsórcio	102
5.1.4 Regras sobre a relação entre os litisconsortes - regime processual (art. 117, CPC)	104
5.1.5 Litisconsórcio no processo do trabalho.....	105
5.2 Intervenção de terceiros no processo do trabalho.....	105
5.2.1 Conceito e base legal.....	105
5.2.2 Espécies de intervenção de terceiros	105
5.2.3 Classificação das intervenções.....	106
5.2.4 Competência	107
5.2.5 Ampliação do processo	107
5.2.6 Assistência (arts. 119 a 124, CPC).....	107
5.2.6.1 Conceito	107
5.2.6.2 Requisito básico	108
5.2.6.3 Espécies de assistência.....	109
5.2.6.4 Procedimento	111
5.2.7 Denúnciação da lide (arts. 125 a 129, CPC).....	111
5.2.7.1 Conceito	111
5.2.7.2 Natureza jurídica.....	111
5.2.7.3 Cabimento.....	111
5.2.7.4 Hipóteses de cabimento	111
5.2.7.5 Procedimento	112
5.2.8 Chamamento ao processo.....	115
5.2.8.1 Conceito	115

5.2.8.2	Natureza jurídica.....	115
5.2.8.3	Cabimento	115
5.2.8.4	Hipóteses de cabimento	115
5.2.8.5	Procedimento	115
5.2.9	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	117
5.2.9.1	Natureza jurídica.....	118
5.2.9.2	Cabimento.....	118
5.2.9.3	Procedimento	118
5.2.9.4	Desconsideração da personalidade jurídica requerida na petição inicial	119
5.2.10	<i>Amicus curiae</i> (amigo da corte – art. 138, CPC).....	121
5.2.10.1	Conceito	121
5.2.10.2	Cabimento.....	121
5.2.10.3	Requisitos.....	121
5.2.10.4	Poderes do <i>amicus curiae</i>	122
5.2.10.5	Prazo.....	123
5.2.10.6	Ingresso da União ou ente federal.....	123
5.2.10.7	Capacidade postulatória	123

Capítulo 6

Partes e procuradores.....	125	
6.1	Conceito de parte	125
6.2	Princípios que regem a atuação das partes no processo ...	125
6.3	Capacidade processual das partes	127
6.3.1	Capacidade de ser parte	127
6.3.2	Capacidade de agir ou de estar em juízo	129
6.3.3	Entes despersonalizados.....	132
6.4	Representante processual.....	135
6.4.1	Representação do empregador em audiência.....	135
6.5	Capacidade postulatória	137
6.5.1	Atuação do advogado no processo do trabalho.....	142

Capítulo 7

Atos, termos, prazos e nulidades processuais trabalhistas.....	143
--	-----

7.1	Introdução	143
7.1.1	Conceito de processo	143
7.1.2	Conceito de procedimento ou rito	143
7.1.3	Conceito de ato processual.....	145
7.2	Formas de comunicação dos atos processuais	145
7.2.1	Notificação inicial postal automática do reclamado.....	146
7.2.2	Recebimento da notificação postal pelo reclamado.....	147
7.2.3	Notificação por edital ou editalícia.....	148
7.2.4	Notificação do reclamante	148
7.2.5	Notificação da Fazenda Pública	148
7.3	Características dos atos processuais trabalhistas.....	150
7.4	Classificações dos prazos processuais trabalhistas.....	152
7.5	Regras de contagem dos prazos processuais trabalhistas ...	153
7.6	Nulidades processuais trabalhistas	160
7.6.1	Conceito de nulidade processual.....	160
7.6.2	Classificação dos defeitos ou vícios dos atos processuais.....	161
7.6.3	Princípios que regem o sistema das nulidades processuais trabalhistas	162

Capítulo 8

Audiência.....	169	
8.1	Local da audiência.....	169
8.2	Horário da audiência	170
8.3	Atraso das partes na audiência	170
8.4	Atraso do juiz na audiência	171
8.5	Publicidade da audiência.....	171
8.6	Poder de polícia em audiência	172
8.7	Designação da audiência.....	173
8.8	Espécies de audiência	173
8.9	Procedimento (passo a passo) da audiência una.....	174
8.10	Ausência das partes em audiência	175
8.10.1	Reclamante	175
8.10.2	Reclamada.....	179
8.10.3	Ausência de ambas as partes, reclamante e reclamada ...	181
8.10.4	Ausência do advogado.....	181
8.11	Conciliação	182

8.12 Audiência de conciliação e mediação	183
8.13 Instrução Normativa nº 41/2018 do TST	184

Capítulo 9

Petição inicial trabalhista	185
9.1 Introdução	185
9.2 Reclamação trabalhista verbal.....	186
9.3 Reclamação trabalhista escrita (art. 840, § 1º, da CLT).....	188
9.4 Princípio da extrapetição ou da ultrapetição e sua aplicabilidade ao processo do trabalho.....	191
9.5 Emenda, indeferimento e aditamento da petição inicial trabalhista	192

Capítulo 10

Defesas trabalhistas.....	195
10.1 Introdução	195
10.2 Características da defesa trabalhista (art. 847, CLT).....	195
10.3 Aplicação subsidiária e supletiva dos arts. 336 e ss. do CPC....	196
10.3.1 Contestação.....	196
10.4 Prescrição de ofício e seu cabimento no processo do trabalho	200
10.4.1 Primeira parte: análise histórica do tema.....	200
10.5 Prazos decadenciais na Justiça do Trabalho.....	202
10.6 Compensação, dedução e retenção na Justiça do Trabalho...	204
10.6.1 Compensação.....	204
10.6.2 Dedução na Justiça do Trabalho	207
10.6.3 Retenção na Justiça do Trabalho.....	208
10.7 Reconvenção.....	209
10.7.1 Introdução e conceito	209
10.7.2 Natureza jurídica	209
10.7.3 Nomenclaturas.....	210
10.7.4 Requisitos cumulativos de admissibilidade da reconvenção na Justiça do Trabalho.....	210
10.7.5 Princípio da identidade bilateral no bojo da reconvenção.....	211
10.7.6 Regras procedimentais da reconvenção.....	212
10.7.7 Reconvenção e ações dúplices.....	214

10.7.8 Reconvenção da reconvenção.....	215
10.8 Revelia no processo do trabalho.....	215
10.8.1 Introdução – origem e conceito.....	215
10.8.2 Efeitos da revelia	216
10.8.3 Exceções do primeiro efeito da revelia (confissão ficta)...	217
10.9 Exceções rituais no processo do trabalho	218

Capítulo 11

Provas.....	221
11.1 Conceito e objeto	221
11.2 Ônus da prova.....	222
11.3 Teorias do ônus da prova	223
11.4 Princípios sobre provas.....	226
11.5 Provas em espécie	228

Capítulo 12

Sentença e coisa julgada.....	239
12.1 Conceito.....	239
12.2 Classificação da sentença	239
12.3 Requisitos da sentença	240
12.4 Vícios da sentença	242
12.5 Requisitos da sentença na CLT.....	243
12.6 Remessa necessária.....	245
12.7 Coisa julgada	249
12.7.1 Limites da coisa julgada	249
12.7.2 Coisa julgada progressiva	249
12.7.3 Coisa julgada em questão prejudicial.....	250
12.7.4 Relativização da coisa julgada	250

Capítulo 13

Recursos trabalhistas.....	251
13.1 Teoria geral dos recursos trabalhistas	251
13.1.1 Principais características ou peculiaridades.....	251
13.1.2 Análise da jurisprudência consolidada do TST.....	252

13.2 Recursos trabalhistas em espécie.....	258
13.2.1 Recurso ordinário	258
13.2.1.1 Amparo legal.....	258
13.2.1.2 Prazo.....	259
13.2.1.3 Preparo.....	259
13.2.1.4 Hipóteses de cabimento	259
13.2.1.5 Juízo <i>a quo</i>	260
13.2.1.6 Juízo <i>ad quem</i>	260
13.2.1.7 Recurso ordinário no procedimento sumaríssimo ...	260
13.2.2 Recurso de revista.....	261
13.2.2.1 Amparo legal.....	261
13.2.2.2 Prazo.....	261
13.2.2.3 Preparo.....	261
13.2.2.4 Hipóteses de cabimento (art. 896, <i>caput</i> , CLT)	261
13.2.2.5 Juízo <i>a quo</i>	262
13.2.2.6 Juízo <i>ad quem</i>	262
13.2.2.7 Recurso trabalhista de natureza extraordinária.....	262
13.2.2.8 Fundamentação jurídica do recurso de revista (alíneas do art. 896, CLT).....	263
13.2.2.9 Observações finais	265
13.2.3 Embargos no TST.....	268
13.2.4 Agravo de petição	270
13.2.4.1 Cabimento	271
13.2.4.2 Decisão em liquidação	272
13.2.4.3 Pressuposto recursal extrínseco específico. Delimitação da matéria e de valores	272
13.2.4.4 Pressuposto recursal extrínseco. Preparo	273
13.2.4.5 Competência.....	273
13.2.5 Agravo de instrumento	273
13.2.5.1 Competência	274
13.2.5.2 Pressuposto recursal intrínseco. Cabimento	274
13.2.5.3 Pressuposto recursal extrínseco. Regularidade formal	275
13.2.5.4 Pressuposto recursal extrínseco específico. Custas e depósito recursal	275
13.2.5.5 Pressuposto recursal extrínseco específico. Formação do instrumento.....	276
13.2.6 Embargos de declaração.....	277

13.2.6.1	Cabimento.....	278
13.2.6.2	Competência	278
13.2.6.3	Prazo	278
13.2.6.4	Prequestionamento	279
13.2.6.5	Efeito modificativo	279
13.2.6.6	Efeito interruptivo	280
13.2.6.7	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i>	280

Capítulo 14

Liquidação de sentença.....	281	
14.1	Conceito.....	281
14.2	Liquidação por arbitramento.....	281
14.3	Liquidação pelo procedimento comum (antiga liquida- ção por artigos).....	282
14.4	Liquidação por cálculos	282
14.5	Juros e correção monetária	284

Capítulo 15

Execução.....	287	
15.1	Competência.....	287
15.2	Princípio do impulso oficial.....	287
15.3	Títulos executivos	288
15.4	Natureza jurídica da execução	289
15.5	Aplicação subsidiária.....	289
15.6	Princípios da execução	289
15.7	Execução provisória.....	290
15.8	Execução definitiva.....	291
15.9	Penhora de bens.....	291
15.10	Ferramentas da execução	297
15.10.1	Embargos à execução	297
15.10.2	Impugnação à sentença de liquidação	301
15.10.3	Exceção de preexecutividade	301
15.10.4	Embargos de terceiro.....	301
15.11	Fase de expropriação da execução	302
15.12	Execução de prestações sucessivas.....	303
15.13	Execução de contribuição previdenciária	304

15.13.1	Competência.....	304
15.13.2	Execução previdenciária sobre acordos	305
15.13.3	Responsabilidade do recolhimento previdenciário ...	305
15.13.4	Regime de recolhimento previdenciário.....	306
15.13.5	Averbação de tempo de serviço no INSS.....	306
15.13.6	Procedimento na CLT.....	306
15.14	Execução contra a massa falida e empresa em recuperação judicial	307
15.14.1	Procedimento	308
15.14.2	Sucessão na recuperação judicial e falência.....	309
15.15	Execução contra a Fazenda Pública.....	309
15.16	Temas pontuais.....	312
15.16.1	Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas.....	312
15.16.2	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)....	312
15.16.3	Inscrição nome do executado nos órgãos de proteção ao crédito	312
15.16.4	Desconsideração da pessoa jurídica.....	313

Capítulo 16

Procedimentos trabalhistas	315
16.1 Procedimento sumário (dissídio de alçada).....	315
16.2 Procedimento sumaríssimo.....	316

Capítulo 17

Procedimentos especiais	321
17.1 Inquérito judicial para apuração de falta grave	321
17.1.1 Conceito e hipóteses de cabimento.....	321
17.1.2 Procedimento.....	322
17.1.3 Sentença.....	323
17.2 Dissídio coletivo	323
17.2.1 Conceito e classificação.....	323
17.2.2 Dissídio coletivo de natureza econômica	324
17.2.2.1 Espécies	324
17.2.2.2 Legitimidade.....	324
17.2.2.3 Procedimento	325
17.2.2.4 Competência.....	325

17.2.2.5	Requisito constitucional para ajuizamento	326
17.2.2.6	Sentença normativa	327
17.2.2.7	Recurso	327
17.2.2.8	Ação de cumprimento	328
17.3	Procedimento de jurisdição voluntária de homologação de transação extrajudicial.....	328
17.4	Ação rescisória.....	330
17.4.1	Introdução.....	330
17.4.2	Prazo.....	330
17.4.3	Depósito	331
17.4.4	Competência.....	332
17.4.5	Legitimidade.....	332
17.4.6	Causa de pedir.....	333
17.4.7	Pedido	333
17.4.8	Defesa	333
17.4.9	Produção de provas na ação rescisória.....	334
17.4.10	<i>Jus postulandi</i>	334
17.4.11	Honorários advocatícios	334
17.4.12	Suspensão da decisão atacada	335
17.5	Ação de consignação em pagamento.....	338
17.5.1	Cabimento.....	338
17.5.2	Subespécies	339
17.5.3	Consignação judicial	339
17.6	Ação monitória	341
17.6.1	Cabimento e natureza jurídica.....	341
17.6.2	Competência	342
17.6.3	Procedimento	342
17.6.4	Ação monitória em face da Fazenda Pública	343
	Referências	345